

Os Franceses na Serra do Buçaco nos dois dias após a batalha de 27 de Setembro de 1810: o pasmo de um frade carmelita.

Manuel Jorge Pereira de Carvalho

1. Introdução

O tema que se apresenta no presente trabalho é o episódio da ocupação da Serra do Buçaco pelos franceses nos dois dias seguintes à batalha de 27 de Setembro de 1810. O episódio é tratado sob o ponto de vista da ocupação da serra e da vida dos franceses que ali se encontravam. O trabalho é baseado em fontes primárias e secundárias, com especial atenção para a obra de António de Almeida e Silva, "A Serra do Buçaco em 1810", publicada em 1910.

A Serra do Buçaco é uma serra situada no município de Sintra, no distrito de Lisboa. A serra é conhecida pela sua beleza natural e pela sua importância histórica. A serra foi ocupada pelos franceses nos dois dias seguintes à batalha de 27 de Setembro de 1810. O trabalho é baseado em fontes primárias e secundárias, com especial atenção para a obra de António de Almeida e Silva, "A Serra do Buçaco em 1810", publicada em 1910.

O trabalho é dividido em duas partes. A primeira parte trata da ocupação da serra pelos franceses nos dois dias seguintes à batalha de 27 de Setembro de 1810. A segunda parte trata da vida dos franceses que ali se encontravam.

«A vida antiga tinha raízes, talvez a vida futura as venha a ter.

A nossa época é horrível porque não cremos – e não cremos ainda. O passado desapareceu, de futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós sem tecto, entre ruínas, à espera...

Não entendo nada da vida. Cada dia que avança entendo menos da vida. Contudo, há horas, as horas perdidas – e só essas – que queria tornar a viver e a perder.»

BRANDÃO, Raul – *Memórias*. Lisboa: Relógio d'Água, tomo I, 1998. p. 36.

1 - Introdução

O tema que se apresenta, inscreve-se no período da Guerra Peninsular, contextualizado na Batalha do Buçaco de 27 de Setembro de 1810. O peso da ideologia e da praxis francesas foram uma excepção quando um grupo de militares forrageiros das forças do exército do general Massena entrou no convento carmelita da serra do Buçaco para reconhecimento, na procura de feridos e na busca de alimentação para os famélicos soldados *gauleses* que, em marchas forçadas, iam no encalço das forças de comando do general Wellington.

O diário de um carmelita do convento do Buçaco, Frei José de S. Silvestre, publicado na *Revista Militar*, em 1875¹, é o objecto desta curta reflexão.

A forma, algo surpreendente, como descreve o seu contacto com os militares franceses, após o abandono precipitado da posição do Buçaco pelo exército anglo-luso no dia 28 de Setembro de 1810, face ao tornear do obstáculo pelos franceses, depois de ferida a batalha do dia 27, abre um leque de reflexões e informação. Descreve a sua estupefacção perante a atitude calma e cordial e hospitaleira dos soldados franceses quando abordaram o convento: «Eles foram continuando a sua marcha vagarosa, sem ainda me terem dito nada, do que me admirei, e assentei que eles não queriam falar; só tinham chamado a um moço que ia fugindo, que parasse, e não fugisse, o que ele fez. No meio deles vinham três oficiais: tanto que me viram acenando-me com a mão disseram: Venha cá senhor. Fui então prontamente. Um deles logo que cheguei, tirando

¹ Revelações do Bussaco. *Revista Militar*. Lisboa. (Mar-Jun, 1875). Também o jornal *Conimbricense*, em 1875, publicou o relato do frei carmelita, José de S. Silvestre, sobre os acontecimentos do Buçaco. O relato vai do dia 20 de Setembro de 1810 até 5 de Outubro do mesmo ano. É uma grande fonte de informação, não apenas no aspecto militar, mas também no psicológico, no ideológico e até no etnográfico. Denota a grande surpresa do frade, face ao modo de ser dos franceses. Podem-se também retirar ensinamentos dos hábitos alimentares e qual as principais culturas daquela região bairradina. Além disso, pode-se verificar que o vinho do Porto era bastante apreciado, quer por ingleses, quer por franceses, fazendo ainda parte da ementa, os doces e o queijo.

a barretina, saudou-me com muita política à portuguesa². Estes franceses a ninguém pediram dinheiro, nem fizeram o menor insulto, apesar de encontrarem aqui muitos paisanos, armas, pólvora e bala³.»

O frei carmelita foi confrontado com o inimigo jacobino versus o libertador, o amigo. Daí o seu pasmo quando, na manhã do dia 29 de Setembro de 1810, entrou na cerca do convento o pequeno contingente de forças francesas, não se comportando como inimigos, ou, até, como jacobinos, ateus ou irreligiosos. Este foi o motivo que provocou o título da comunicação: *Os Franceses na Serra do Buçaco nos dois dias após a batalha de 27 de Setembro de 1810: O pasmo de um frade carmelita*.

A abordagem deste tema é com o espírito aberto e na presunção de que na actualidade há objectividade, para que não se caia no erro do qual se lamentava um militar do primeiro quartel do século XX: «Por um lado, quanto aos tempos recuados do medievalismo e aos modernos, há um magno desapego pelo revolver insano, dissaborido da documentação escrita e relativamente à época contemporânea, qual a do liberalismo ou constitucionalismo, sabe-se que da munificência régia brotou a inspiração dos historiógrafos e a ela nem Latino Coelho foi insensível; por outro há em nós a diabólica balda que concita a relatar e comentar os factos ou com ligeireza ou facciosamente, a qual nem as melhores luzes progressivas são capazes de abolir, nem a educação científica a reprimirá, pois é congénita. Desta maneira, por menos zelo umas vezes, doutras por venalidade ou parcialismo, a história portugalense é fábrica a erguer de lés a lés com a depuração de tantas e tão lastimosas fraudulências e desacertos que a maculam e para isso tende o copioso e honesto labor de muitos investigadores e eruditos das duas últimas décadas⁴.

2 - Ideologia

O nosso objectivo, agora, não é demonstrar que a ideologia é um centro de pugna, nem tão pouco, a procura da “via” para a resolução dos problemas actuais⁵, mas como foi usada no

² Revelações do Bussaco... p. 183.

³ Revelações do Bussaco... p. 212.

⁴ PASSOS, Carlos – *Beresford e o Tenente-Rei da Praça d'Almeida*. Porto: Casa de Eduardo Tavares Martins, Suc.º, Livreros, Ld.ª, 1924. p. 1.

⁵ SERRÃO, Joel – *Temas de Cultura Portuguesa II: Içar as velas e soltar os ventos*. Lisboa: Livros Horizonte, Ld.ª, 1989. p. 41.

contexto de finais de setecentos e início de oitocentos, embora seja pertinente questionar: «Que futuro para Portugal? Uma coisa aparece como certa. Nenhuma resposta criadora terá solidez e será entendida pelos portugueses, designadamente pelas novas gerações, se não soubermos aproveitar com inteligência as lições da vida de obreiros do nosso País, dos que souberam pelo seu estudo, com amor e competência, dar um contributo real para as Capelas Imperfeitas dum devir, por definição, sempre inacabado⁶. Torna-se, pois pertinente e atinente, voltar a abordar um tema que é inesgotável.

«A revolução francesa, há muito incubada, que em 1789 começou a abalar fortemente as instituições daquele país, breve estendeu por toda a Europa os seus efeitos⁷. Nações, reis, povos, todos cogitavam no meio de por um dique à corrente assustadora que ameaçava destruir os antigos sistemas, derribar velharias, implantar novos direitos, criar um outro modo de ser à humanidade. Apesar de generosa e levantada, a revolução das ideias não logrou vingar completamente, sem que os desatinos, as cruezas, o vandalismo da plebe e dos aventureiros lhe imprimissem um cunho humano de fereza e ambições. O ano de 1793 mancha os generosos esforços dos enciclopedistas, todavia não consegue debelar a força impulsiva que estes beneméritos insuflaram aos seus princípios de evolução⁸.

A Revolução Francesa impunha «as alterações já de si revolucionárias, que se pediam e exercitavam na constituição política, social, administrativa e económica da França eram, para que só mencionemos as mais notáveis ou fundamentais, a soberania parlamentar, ou o governo do povo pelos seus genuínos mandatários, a liberdade política e civil, a igualdade nos impostos, o segredo inviolável das cartas, a liberdade de imprensa, a supressão das anatas, a superintendência do estado nos bens copiosíssimos da igreja, a supressão incondicional das ordens mendicantes, a reforma, ou antes a total refundição da legislação civil e criminal, a publicidade nos processos crimes, como seguro penhor e salvaguarda à inocência e à liberdade⁹.

As elites portuguesas não podiam olvidar esta mudança e transformação política que se efectuava em França, certos de que a Europa não ficaria indiferente e os povos a ela adeririam. Assim,

⁶ SIMÃO, José Veiga – O silêncio da Universidade: Que Futuro?. *Estudos em Homenagem a Luiz António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, 2004. p. 109.

⁷ Em 1795, a plebe do Porto utiliza a palavra *cidadão* num sentido liberal, quando faz uma petição à Rainha D. Maria I, contra injúrias feitas por parte de fidalgos e cidadãos (aqui em sentido elitista). SILVA, Francisco Ribeiro da - A sociedade portuense dos finais do século XVIII: Grupos e Sinais. *Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, (Mai), n.º 5, 2005. p. 136-138.

⁸ FRANÇA, Bento da [tenente de cavalaria] – *A Legião Portuguesa ao Serviço do Império Francês*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1889. p. 1.

⁹ COELHO, José Maria Latino – *História Política e Militar de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. p. 152.

o nosso embaixador, em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho «Reconhecendo a precisão de trasladar para o governo e administração de Portugal os princípios fundamentais proclamados na Revolução, recomendava que se houvesse de acomodar à situação peculiar deste país e à forma das suas instituições e motu próprio da rainha D. Maria I, o que do novo regimen francês fosse possível imitar com recíproca vantagem da coroa e da nação»¹⁰.

As ideias da revolução permeavam a sociedade, sobretudo nos grupos mais esclarecidos e ligados aos movimentos internacionais, quer no comércio, quer na cultura. Assim, «... nas ordens de maior ilustração, principalmente na classe média, tinham ido coando pouco a pouco as novas doutrinas professadas nos escritos dos filósofos e proclamadas a final pela recente Revolução... Houvera pois em Portugal, mesmo antes da Revolução, não somente liberais, senão também livres pensadores»¹¹.

Por tudo isto, o nosso embaixador, D. Vicente de Sousa Coutinho, aconselhava medidas, para que Portugal não mergulhasse no vórtice da Revolução e todos os grupos sociais entrassem a digladiar-se, propondo como principais linhas de acção: a descentralização administrativa, com assembleias regionais; a reforma na justiça para assegurar a liberdade individual; e a reforma dos tribunais com a supressão do número de magistrados¹².

A ideologia revolucionária era já objecto de admiração! «Esse poderoso e característico movimento de entusiasmo pelos princípios da liberdade e da igualdade, a energia de convicções, o desinteresse e o desprezo da vida atingindo o heroísmo, a elevada eloquência aquecida por nobres sentimentos, que constituíam o carácter das admiráveis gerações que fizeram a revolução francesa e salvaram a pátria da coligação das potências europeias, desses famosos jacobinos de 1793, eloquentes, sinceros, desinteressados e valentes, que sabiam morrer no campo de batalha, como lutavam na tribuna e subiam sorrindo e cantando os degraus da guilhotina...»¹³.

Era um sinal evidente de que a mensagem da Revolução Francesa também se exportava: o «humanismo revolucionário evoca então, essencialmente, a legitimidade da violência ao serviço do direito, da igualdade, da justiça social, da pátria ciosamente amada. Uma violência

¹⁰ COELHO – *História Política e Militar de Portugal...* p. 158.

¹¹ COELHO – *História Política e Militar de Portugal...* p. 182.

¹² Claro que este desiderato só foi conseguido à custa das convulsões e guerras civis que se estenderam desde 1820 até 1851.

¹³ FUSCHINI, Augusto – *O Presente e o Futuro de Portugal*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2005. p. 43.

de que o revolucionário é, ora actor, ora vítima, porque descer à rua é também para morrer nela, gritar aí um último protesto, ou vencer.

Mas a coragem da violência – coragem de morrer, de ferir – só é aceitável se for o único meio de mudar o destino, de o tornar mais humano, mais fraterno.

A Contra-Revolução surge de uma aposta análoga¹⁴.

Estas ideias desenvolviam-se, mesmo em locais mais afastados do centro do poder¹⁵ e em instituições que deveriam ser o garante do governo, sobretudo as forças armadas, sendo exemplo a praça-forte de Valença do Minho. «O regimento de artilharia do Porto, que tinha então na praça de Valença o seu alojamento, era para os livres-pensadores daquela época um dos focos principais. Numerosos oficiais e outras praças daquele corpo figuram nos julgamentos do zeloso tribunal, os católicos sentenciados apenas rigorosas, os estrangeiros protestantes, de que havia grande número entre os oficiais, comemorados como ímpios, já que a eles não podia estender-se livremente o braço da inquisição»¹⁶.

O fermento da transformação social e política entroncava nas ideias da Revolução Francesa, provocando enormes crises em muitos países. «É quase desnecessário apontar o exemplo de Portugal; porque já hoje não há uma única pessoa que ponha em dúvida que a revolução de 1820 foi fruto das ideias de libertinagem e de impiedade que começaram a aparecer depois da expulsão dos Jesuítas – que tomaram corpo com a leitura de uma imensidade de livros ímpios, cuja leitura se permitia e porventura se fomentava – e que finalmente chegaram ao auge com a invasão dos Franceses. ...Fica portanto bem demonstrado, pelo testemunho da história de todas as épocas, que as grandes revoluções que tiveram lugar na Europa foram sempre precedidas de mudanças mais ou menos essenciais na religião; ou, pelo menos, que estas mudanças mais ou menos essenciais na religião foram sempre seguidas de perturbações e de revoluções»¹⁷.

Para finalizar este capítulo, nada melhor que a justificação de um militar por ter servido no exército de Napoleão: «Francamente estou persuadido que naqueles ânimos abatidos por mil vexames e decepções, imperava a convicção de que a pátria ia afundar-se irremediavelmente no sorvedouro da dominação estrangeira e, a terem-se de furtar-se à catástrofe, preferiram mostrar obedecer, trilhando o caminho donde viam irradiar a luz do facho esplêndido das

¹⁴ BRAUDEL, Fernand – *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema, 1989. p. 337.

¹⁵ Este tema foi objecto de estudo aprofundado pelo Prof. Oliveira Ramos.

¹⁶ COELHO, José Maria Latino – *História Política e Militar de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. p. 188.

¹⁷ *O Novo Príncipe ou o espírito dos Governos Monárquicos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. E Const. De Villeneuve e Comp., 1841. p. 178-179.

liberdades, que a revolução havia sabido revelar ao mundo. Quando o pai é frouxo, dá maus exemplos aos filhos, e lhes descara a educação, chegando mesmo a iniciá-los em expedientes pouco dignos, o que há a esperar da firmeza dos mancebos a quem o chefe da família diz insidiosamente vão, para mais tarde se defender em público dizendo que lhes não quisera coarctar a liberdade de acção, mas que contava com a sua inteireza de carácter?!»¹⁸.

3 - Contra-medidas

Mas como a Espanha começara a impor entraves obstinados para censurar a Revolução, Portugal não poderia ser um campo livre das novas ideias, porque todos os movimentos desenvolvidos na Península Ibérica fazem-se sentir em todo o seu espaço. «A íntima relação e dependência, em que de Espanha e Inglaterra vivia Portugal, era não pequena parte para que o governo da rainha D. Maria I principiasse bem depressa a descobrir no progresso da Revolução motivos de suspeita e de temor»¹⁹.

Portugal tentou blindar-se contra a ideologia da revolução, indicando à sociedade quem seriam os inimigos a abater. «O francês, o inimigo, o judeu, o jacobino são a mesma entidade a combater, o inimigo real ou imaginário que subverte a ordem política e religiosa e vai dar força à luta patriótica. Daí a consolidação dos valores da Igreja católica, a obediência aos desígnios do Rei ausente, para a preservação e consolidação da ordem. O ocupante tomado como anticatólico e saqueador da igreja e o “aproveitamento das ancestrais clivagens sócio-religiosas, patenteia em última instância a força da ideologia clerical nos primórdios da sociedade portuguesa de oitocentos»²⁰.

Contudo, existiam organizações muito activas e difíceis de penetrar. Eram as associações secretas e as lojas maçónicas as principais divulgadoras das ideias da Revolução ou da mudança social, política e económica e que eram difíceis de controlar, apesar das devassas do intendente da polícia, Pina Manique. Estas novas ideias nunca deixaram de se propagar! «As associações secretas tem concorrido do modo mais eficaz para preparar esta revolução de ideias e nas

¹⁸ FRANÇA, Bento – *A Legião Portuguesa ao serviço do Império Francês*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1889. XI.

¹⁹ COELHO, José Maria Latino – *História Política e Militar de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. p. 174.

²⁰ VICENTE, António Pedro – *O Tempo de Napoleão em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000. p. 129.

coisas. Tem atacado a hierarquia antiga propagando a igualdade; tem abalado o catolicismo, inculcando a todos os ânimos, como coisa natural, o direito de exame, e acolhendo em seu grémio sem excepção todas as crenças opostas. Tem servido, segundo as circunstâncias, e debaixo de mil diversas figuras, de introduzir o gosto das inovações, de remoçar o espírito humano, de centralizar todas as forças morais para lhes darem e fazerem seguir nova direcção. A palavra, a imprensa e o desleixo dos governos tem feito o resto»²¹.

Qual seria a receita para travar este desenvolvimento ideológico? «A revolução é contagiosa: não há fronteiras que as ideias não possam transpor. Os monarcas unidos no perigo comum devem primeiro que tudo, deixar todas as contendas de Estado a Estado – descentralizar o fermento para o dispersar – manter a mais severa disciplina nos exércitos – empregar e exercer uma política atentíssima – comprar o silêncio dos espíritos buliçosos porque todos têm seu preço – imprimir, pouco a pouco uma nova tendência à educação pública – entreter numa palavra, a revolução, até terem penetrado, e terem tido tempo de se fortificar, instituições compatíveis com os tronos. Eis, em geral, os meios que se podem empregar, senão para de todo prevenir, ao menos para se retardar a conflagração do que ainda resta das antigas monarquias»²².

Portugal, arrastado para o confronto entre a França e a Inglaterra, não poderia ficar indiferente perante um invasor que se havia tornado rapace, embora no campo ideológico apresentasse conceitos inovadores. «Debalde têm fantasiado os utopistas uma república universal. No coração de todos os homens está profundamente gravada a afeição ao país natal de preferência a outro qualquer povo. Será um preconceito na opinião de uns, ou uma virtude na de outros; mas o que é inegável é que esse sentimento tem sido vivíssimo em todas as nações, desde a mais remota antiguidade até hoje»²³.

Além disso, a ocupação francesa consentida passou à prepotência, face ao desgaste da base de apoio e crescendo descontentamento popular, obrigando o invasor a utilizar acções de coacção, como forma de subjugação. «As medidas de terror, os espingardeamentos, os roubos das pratas das igrejas e toda a qualidade de provocação, prosseguiram em crescente escala dando triste celebridade ao domínio francês...»²⁴. «Junot, em 26 de Julho de 1808, na sua proclamação

²¹ *O Novo Príncipe ou o espírito dos Governos Monárquicos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. E Const. De Villeneuve e Comp., 1841. p. 246.

²² *O Novo Príncipe ou o espírito dos Governos Monárquicos*...p. 248.

²³ SORIANO, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal; Segunda Época: Guerra da Península*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo IV, 1.ª parte, 1876. p. XVII.

²⁴ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Colecção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussillon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p. 38.

ameaçava terrível com o saque, o incêndio, o sangue e a morte, os lugares e as pessoas que ousassem a agressão às suas tropas!»²⁵.

Mesmo assim, foi necessário mobilizar o povo para o levantamento contra os franceses. O púlpito e a imprensa uniram-se para expulsar os ocupantes. «A exaltação do espírito patriótico respeita a tradição de fidelidade à realeza e ao altar e impõe o reconhecimento de uma independência resgatada pela força das armas britânicas»²⁶. «As expressões mais comuns destes panfletos anti napoleónicos fazem sobressair a irreligião, a rapacidade, a brutalidade e a libertinagem dos invasores...»²⁷.

O povo ficou mobilizado como o atesta o relato do bispo de Castelo Branco, em 1807 sobre o comportamento dos habitantes da sua cidade: «... a alegria, o contentamento se divisa no semblante de todos, pegam nas armas... pois os não aterra morrer em defesa da Pátria e do Príncipe Real Nosso Senhor... não se lembrando de comida e só sim de pólvora e bala para destroçar o inimigo e defender a santa religião; Vamos a estes pérfidos, vamos extinguir o nome francês...»²⁸.

À reacção popular, o poder político foi-lhe na esteira. «Quanto ao povo, esse, é velho mas infantil, uma eterna criança manhosa que se inclina perante o poder do momento, uma “matula” (p.318. *Razões de Coração* – Álvaro Guerra) que se encolhe e só revela alguma energia, que não coragem, quando, com o deslaçar da ordem francesa, faz “a sarabanda da caça aos jacobinos” (p.316) portugueses. Ou pretensos jacobinos, porque na orgia das vinganças populares, qual pequena guerra civil, se criminalizam politicamente inimigos puramente pessoais»²⁹.

Em seguida, medidas drásticas foram implantadas para extirpar o ideário da revolução. «Publicaram-se outras providências... o restabelecimento do odiado tribunal da inquisição, o juízo da inconfidência, que lançou no país o sobressalto e a desconfiança, e foi origem de mil desgraças... pela suposição da exagerada existência entre ela de elementos favoráveis aos

²⁵ CHABY – *Excerptos Históricos e Coleção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña...* p. 63.

²⁶ *História de Portugal: O liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. V, 1993. p. 43.

²⁷ *História de Portugal: O liberalismo...* p. 42.

²⁸ NUNES, Pires [Tenente-Coronel] – As Milícias e as Ordenanças em Portugal durante a Guerra Peninsular. *Guerra Peninsular: novas interpretações; Da Europa dividida à União Europeia*. Lisboa: Tribuna, 2005. (Actas do Congresso: 28-29 Outubro de 2002). P. 229.

²⁹ TEIXEIRA, Rui de Azevedo – A Imagem Literária do Português em Guerra nas Invasões Napoleónicas. Instituto de Defesa Nacional – *Guerra Peninsular: Novas Interpretações; Da Europa Dividida à União Europeia*. Lisboa: Tribuna da História, 2005. Actas do Congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002. p. 264.

maneios e intenções do inimigo, contribuindo mais, tais prescrições para a irritação, confusão e desconfiança dos ânimos populares...»³⁰. Apresentou-se a queda da cidade do Porto, em poder das forças francesas, comandadas pelo general Soult, em Março de 1809, como sinal de tibieza e divisão ideológica. «Ordem do Dia de 2 de Abril de 1809: A grande cidade do Porto, defendida por vinte e quatro mil homens, com trincheiras e redutos, nos quais se achavam perto de duzentas peças de artilharia, sucumbiu facilmente a um inimigo de pouco mais de metade do número da sua guarnição, ainda que o povo, e os seus defensores eram leais e valorosos; e tudo isto porque o inimigo tinha conseguido, debaixo da aparência do patriotismo, espalhar entre o povo os seus partidistas, fazendo nascer a desconfiança e desunião, e finalmente uma insubordinação total, da qual sempre se segue uma ruína mais funesta para aqueles que tentam resistir ao inimigo. O marechal espera portanto, que o exército conhecerá, que se devemos desconfiar daqueles que são tidos por franceses, ou seus partidistas, não devemos suspeitar menos, dos que indicam, como tais em público estes, ou aqueles, pois que são indubitavelmente pagos pelo inimigo, para fomentar a confusão e a desconfiança; e estas são armas, com que ele faz a pior guerra. Por estes mesmos motivos é que o inimigo se apoderou da ponte e de Vila Nova na mesma manhã»³¹.

Secundavam esta política 2 tribunais: o da inquisição e o da Real mesa censória, depois da inconfidência. Talvez fosse uma forma de educação, tornando os portugueses propensos à delação!

A fractura da sociedade portuguesa, com imensas repercussões na situação durante e pós invasões francesas, pode perceber-se pela seguinte descrição: «Mas os reaccionários regentes preocupados com o extermínio das ideias liberais que os franceses, muitos deles antigos republicanos, aqui tinham desenvolvido, tornavam toda a defesa tumultuária. Entre as medidas então tomadas algumas houve que tornavam o povo verdadeiramente perigoso. Em 4 de Dezembro de 1808 a Intendência Geral da Polícia farejando afrancesados convidava o povo a denunciar todos aqueles em que suspeitassem ideias liberais, insinuando que as denúncias quando tendem ao importante e necessário fim de firmar a tranquilidade e a segurança do Estado não podem ofender de modo algum a mais escrupulosa delicadeza do homem honesto»³².

³⁰ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Coleção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p. 83.

³¹ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Coleção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña...* p. 108-109.

³² BARREIROS, Fernando – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Livraria Bertrand e Aillaud, 1918. p. 30.

Contudo, a tomada de medidas contra o ideário da Revolução dividiu a opinião pública e insinuava-se que estariam a ser impostas pelos ocupantes ingleses. «Expulso Junot, organizou-se em Lisboa uma regência do reino, presidida pelo bispo do Porto, e estigmatizada com o nome de regência Dalrymple, por ter sido obra deste general inglês. O primeiro cuidado daquela regência foi restabelecer o tribunal da inquisição que os franceses haviam abolido. Simultaneamente criava-se o tribunal da inconfidência, tão horroroso e sanguinário no sentido político como o da inquisição o era no religioso. À dominação francesa sucedia a inglesa, temperada com doses de tirania fradesca. Afinal os ingleses mostravam-se tão insolentes e opressores como os soldados de Napoleão»³³. Ou que «A Inglaterra estava, pois, de facto, dominando o país, pela força moral e pela força das armas, sob a espada de Beresford, pouco antes, por convenção, conquistador da Madeira; e ainda pelo apoio do partido inglês que abundava no país, entre aqueles indivíduos que estão sempre prontos a dispensar carícias aos poderosos, e que pertencem a todos os tempos e a todas as classes. Em nenhuma houve alguma vez unanimidade no pensar e no sentir»³⁴.

De qualquer modo, Portugal tendo um exército em formação com a disciplina inglesa, não poderia permitir divisões nos seus quadros. Estas ideias eram muito nocivas e muito mais gravosas dentro da estrutura militar, onde as ordens não poderiam ser questionadas, para não colocarem em risco as operações militares. Comungava da mesma opinião o embaixador russo na corte de Madrid que prevenia o governo de Espanha para o perigo de «as tropas espanholas, em contacto com as francesas, corriam o risco de se republicanizar»³⁵. Assim, estas ideias novas da revolução, trazidas para a disciplina militar, não poderiam ser toleradas, levando o general Beresford a censura-las através da Ordem do Dia de 25 de Março de 1810: «Confundir as obrigações que ao soldado resultam da salutar austeridade da disciplina militar, com os actos a que, pelas exigências condenáveis do despotismo sem razão de ser, injustificado, brutal e torpe, possa acaso ser violento, - parece é de há tempos entre nós, o empenho de alguns supostos filósofos (?) da milícia, que, por falência de são critério, fascinação de falsas ideias, ou danado intento de tudo perverter e destruir, não compreendem, ou simulam não compreender toda a nobreza, toda a poesia, toda a elevação que, para assim dizer, decoram a profissão das armas, pelo sacrifício grande e generoso da vontade própria, e muitas vezes do próprio pensar, feito pelo que às armas se destina, nos altares da pátria, em glória desta e em proveito dos seus concidadãos: a esses, felizmente não abundantes em número, que não duvidam classificar de

³³ COSTA, Fernandes – *Memórias de um Ajudante de Campo*. Lisboa: M. Gomes, Editor, Tomo II, 1895. p. 36.

³⁴ VILLAR, Francisco de Paula da Silva [tenente de infantaria da rainha] – *Atravez das Ordens de Beresford durante a Guerra Peninsular (Apontamentos e comentários)*. Lisboa: Tipografia Belenense, 1896. p. 11.

³⁵ COSTA, Fernandes – *Memórias de um Ajudante de Campo*. Lisboa: M. Gomes, Editor, Tomo II, 1895. p. 45.

subserviente atentado da dignidade do homem, a prática proveniente do dever da absoluta e cega obediência, que aos militares corresponde, em qualquer ocasião de serviço, para com os superiores, em todos os graus da respectiva hierarquia; a esse, dizemos, figurar-se-á mais que muito severa, cheia de aspereza, a *ordem do dia* que passamos a expor, e que julgamos de proveito reproduzir aqui, como exemplar de equidade e rectidão, como indicador de alguns dos verdadeiros princípios, base da disciplina, assim com veneração conceituados nos tempos a que nos vamos referindo...»³⁶.

«Pergunta mais o senhor marechal aos membros do conselho, se desejam que as fileiras do exército se tornem um lugar de discussões³⁷, porque então concluirá, que desejam que o exército torne ao estado em que se achava há um ano antecedente»³⁸.

Por tudo o que se apresentou, existiu uma Guerra de mentalidades. Será que para muitos portugueses salvar a Pátria significava afrancesar-se?

De qualquer modo e apesar das vicissitudes do tempo, os ideais da revolução não foram esquecidos pelos homens que passaram pelas fileiras do exército! A postura e a sua missão estavam bem presentes, até no porte: «... caminhávamos a passo regular, marchava desembaraçado conservando, não obstante os anos, aquela aparência de altiva dignidade, que noutros tempos, como ainda hoje noutros exércitos em que o soldado, pela apropriada educação, tem a consciência da nobreza do seu destino, era característica dos velhos soldados portugueses»³⁹.

³⁶ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Colecção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p. 140.

³⁷ Entre os militares questionava-se o modelo de instrução, o francês ou o inglês (prussiano!). O modelo francês era muito apelativo porque tornava o soldado num cidadão. O soldado estava seguro da sua condição militar e procurava o reconhecimento da Nação. Tanto o oficial, como o general, vê no simples soldado o companheiro de trabalho e chama-o de camarada. O chefe honrava o seu estado militar no seu subordinado, partilhando com ele os perigos, as privações e a honra. O distanciamento do chefe em relação ao seu subordinado colocava-se apenas por razões de serviço. Quando um oficial que marchava a pé como o soldado, levava às costas os seus pertences, era o primeiro a abrir fogo e o último na retirada, teria de ser obedecido nas situações onde o exemplo fazia a lei e a estima era o corolário da igualdade no combate. O exemplo podia encontrar-se em como eram solucionadas as querelas, fora de serviço, entre o soldado e o oficial. Era de espada na mão porque o soldado era homem de honra.

³⁸ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Colecção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p. 141.

³⁹ CHABY, Cláudio – *Excerptos Históricos e Colecção de documentos relativos à Guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, Roussilon e Cataluña...* p. 281.

4 - Levantamento Popular

Os levantamentos contra a ocupação estrangeira são de iniciativa popular e recusavam o poder civil instituído, durante o domínio dos franceses. Muitas vezes, este poder foi conferido ao clero (Porto, Braga, Viseu, Castelo Branco e Évora). Em toda a parte, vai ser levada a cabo uma perseguição aos *Jacobinos*, por serem considerados colaboradores dos Franceses, num claro atropelo da justiça, com o aparecimento dos tribunais populares, com múltiplos linchamentos e a feroz invasão da propriedade. Os juizes de fora, representantes do poder, serão, muitas vezes, objecto do ódio popular, unicamente por ocuparem a administração e, quantos, linchados, o mesmo acontecendo a muitos graduados militares.

As perseguições estendem-se, também, a outras pessoas, mesmo que não estivessem ligadas aos franceses. Encontraram-se, neste caso, os vexames às comunidades judaicas beirãs e transmontanas, aos comerciantes e, até, à gente comum. É o aparecimento da xenofobia, quando o poder cai na rua!

«O primeiro grito de restauração foi levantado no Porto, propagando-se logo por todo o país o rastilho da patriótica insurreição que ateou focos em Bragança, Chaves, Braga, Melgaço, Vila Pouca de Aguiar, e outras terras, onde as camadas populares arrojadamente se revoltavam contra os ambiciosos dominadores da nossa terra. Coimbra sublevara-se pelas 8 horas da noite de 23 de Junho para o que concorreu a chegada àquela cidade do Dr. José Bernardo de Azevedo, José Pedro da Silva, Custódio José da Maia, saídos do Porto no dia anterior, e alguns voluntários de Ois e da Mealhada»⁴⁰.

Os levantamentos populares, ainda no decurso da 1.^a invasão francesa (1807-1808), com figuras com carisma de líder, entregavam o poder a personalidades gradas da sociedade, estas, por sua vez, nomeavam os governos militares. Assim aconteceu em Coimbra, nos levantamentos de 24 de Junho (grande festa também na cidade coimbrã. «No dia 24 [Junho de 1808] subiu de ponto se era possível o calor da insurreição, sendo abertos ao povo os armazéns onde estavam guardadas as espadas e clavinas dos regimentos de cavalaria portuguesa ali dissolvidos meses antes, indo na tarde do mesmo dia o Juiz do Povo, mestre tanoeiro José Pedro de Jesus, à frente de inumerável multidão depositar o governo nas mãos do vice-reitor da Universidade, Manoel Paes de Aragão Trigoso, que gozava de grande prestígio entre a academia e populares. Para governador militar escolheu-se o general Bernardim Freire de Andrada, pouco depois

⁴⁰ BARREIROS, Fernando – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Livraria Bertrand e Aillaud, 1918. p. 9.

substituído por seu irmão Nuno, que aceitou o governo das armas do Distrito sob as ordens de Trigoso, em cujas mãos estavam então reunidos todos os ramos do governo local»⁴¹.

A *Gazeta de Lisboa* de 17 de Setembro de 1808 relata que a revolta começou em Olhão no dia do Corpo de Deus (17 de Junho), em virtude do governo francês afixar naquela vila uma ordem em que convoca os «portugueses a pegar em armas contra os espanhóis. Os olhanenses revoltam-se. Os franceses atacam-nos, mas são rechaçados. Ao mesmo tempo revolta-se todo o povo de Faro. Os franceses evacuam aqueles sítios e fogem, dispersos, pela serra, em direcção a Mértola. O paisano (o que provocara a revolta em Olhão) que andava à testa de uma grande porção de povo, percorreu o Algarve e em 48 horas, não havia lugar algum que não houvesse, com admirável entusiasmo, restaurado a sua liberdade»⁴².

Irão ser focos de instabilidade, actuando como grupos de salteadores, e obrigaram as autoridades a deslocarem importantes efectivos militares para neutralizarem as *guerrilhas*.

A entrega indiscriminada de armamento foi também muito mais perniciosa do que benéfica porque, «mal servindo nas suas mãos inábeis para resistir aos aguerridos invasores é contudo utilizado para assassinar as autoridades e os oficiais portugueses, apodados de maçónicos e jacobinos... nobre reacção do sentimento nacional, ia-se transformando na reacção absolutista contra as ideias da liberdade. Às ameaças do inimigo externo correspondia no interior a mais desenfreada anarquia»⁴³.

Em 20 de Junho de 1808, na cidade do Porto, foi formada a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino. À semelhança desta Junta, formaram-se, em diversas localidades de Portugal governos *ad-hoc*, embora reconhecendo a suprema autoridade da do Porto. Reinava uma anarquia geral, com os padres a incitarem as populações contra os franceses e os Jacobinos, seus apoiantes, empenhando-se mesmo de armas na mão no combate “ao inimigo orgulhoso e feroz, armado iniquamente da impiedade, da perfídia, da morte e de todos os crimes e abominações”.

Assim, o general Bernardim Freire enfrentou no Minho enormes dificuldades, acabando linchado pela população, mais do que o general Silveira que operava em Trás-os-Montes –

⁴¹ BARREIROS – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*... p. 10.

⁴² LOURO, Estanco – *O Livro de Alportel*. 3.^a ed. S. Brás de Alportel: Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, 1996. p. 90.

⁴³ BARREIROS – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*... p. 38-39.

Chaves – Vila Real – Régua, porque se encontrava «numa província exaltada pelo fanatismo, desvairada pelas pregações sanguinárias, excitada por uma junta de salvação pública que se organizara em Braga e que não fazia senão listas de proscrição. Falando só em destruir os franceses, eram completamente incapazes de ir ao combate»⁴⁴. Porque, ligada à desorganização geral, fomentada e consentida, as «classes mais baixas da população faziam por elas próprias justiça e provocavam, assim escândalos e arruaças...»⁴⁵. «Parte da população pretextando o querer preparar-se para fazer frente a novas invasões, andava armada e os mais exaltados dando mostras de um mal orientado patriotismo, atacavam as casas e matavam os que quase sempre sem razão, consideravam jacobinos»⁴⁶.

Era necessário estabilizar o exercício do poder. A Junta foi instalada no Porto e presidida pelo bispo D. António José de Castro⁴⁷, dela fazendo parte, na sua maioria, clérigos e homens de leis. Contudo, travaram-se lutas entre os seus membros para o controlo do poder, roubando-lhe energias para as tarefas prioritárias do restabelecimento da ordem interna, da soberania e da independência nacionais. Esta Junta desenvolverá “um poder paralelo”, com o Supremo Conselho da Regência⁴⁸.

O Conselho Superior da Regência foi constituído em Lisboa e apresentado ao Príncipe Regente no Rio de Janeiro por ofício de 18 de Outubro de 1808. A sua confirmação chegou ao País, apenas em 2 de Janeiro de 1809, acompanhada das instruções como deveriam ser conduzidos os negócios públicos.

⁴⁴ *História de Portugal*. Lisboa: Lalléman Frères. S/d. p. 251.

⁴⁵ VICENTE, António Pedro – *O tempo de Napoleão em Portugal*. «A reacção popular contra os comandos militares organizados durante a 2.ª invasão de Soult». 2.ª ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000. p. 271.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 272.

⁴⁷ «O bispo desta cidade assumindo o comando supremo das tropas alimentava ao mesmo tempo a guerra santa contra o jacobino, transformando a capital do norte num campo sinistro de desordens e crimes». BARREIROS, Fernando – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Livraria Bertrand e Aillaud, 1918. p. 42.

⁴⁸ SORIANO, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*: 2.ª Época – *Guerra da Península*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo II, 1871. Aqui são referidos factos que lançam muita suspeição sobre a actuação do Bispo do Porto, D. António José de Castro e a sua ânsia de poder. Insinua que o próprio general Beresford se tenha a ele curvado, quando o brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras foi julgado por não ter organizado eficazmente a defesa da cidade do Porto, ante o avanço das tropas francesas, em virtude de ser o Governador de Armas da Cidade do Porto. O brigadeiro não foi condenado, deixando muitas dúvidas sobre a sentença do tribunal. O general Beresford, como comandante do Exército, poderia ter actuado, mas aqui também se calou. Porque o Bispo do Porto fazia parte do Governo do Reino? Esta é a insinuação de Luz Soriano. Também VICENTE, António Pedro – *Um Soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, separata n.º 40 Boletim, 1970, (pág. 198), é da mesma opinião. Bernardim Freire de Andrade achava o brigadeiro Parreiras incompetente, mas na cidade do Porto «não pode separar-se desta cidade onde é muito querido».

A primeira tarefa deveria ser a preparação de Portugal para enfrentar a ameaça da invasão. Neste contexto, o general Wellesley tinha anunciado aos portugueses a seguinte proclamação: «O exército que se acha debaixo do meu comando há de proteger a maior porção do país que for possível; porém é óbvio que o povo unicamente se pode livrar por meio de uma resistência contra o inimigo, assim como salvar os seus bens, removendo-os para fora do alcance do mesmo inimigo. Contudo os deveres, que me ligam a sua alteza real, o príncipe regente de Portugal, é à nação portuguesa, *me obrigam a fazer uso do poder e autoridade de que me acho munido, forçando os fracos e indolentes a fazerem esforços para se salvarem de um perigo e males que os esperam, e para salvar a sua pátria*. E nesta conformidade *faço certo e declaro* que todos os magistrados, e pessoas em autoridade, que ficarem nas suas vilas, lugares, etc., depois que houverem recebido ordem de qualquer dos oficiais militares, para se retirarem dos referidos lugares e vilas, e todas as pessoas de qualquer classe que sejam, que mantiverem a menor comunhão com o inimigo, ou que o ajudarem, ou assistirem em alguma cousa, serão considerados traidores contra o estado, e serão julgados e castigados em conformidade ao que exige um tão enorme crime. Quartel general, 4 de Agosto de 1810. *Wellington*»⁴⁹.

O País não tinha quadros preparados para levarem a cabo a reconstrução nacional descentralizada do Rio de Janeiro. Foi, mais uma vez, necessário o concurso de um oficial estrangeiro, o inglês William Carr Beresford⁵⁰ que, desde 7 de Março de 1809 até 24 de Agosto de 1820, estará à frente do Exército e a sobrepor-se, muitas vezes, ao Conselho da Regência. Beresford irá reorganizar o exército português com a mesma inflexibilidade e determinação como 50 anos antes o fizera o Conde de Lippe (este pelo menos esteve secundado pelo Marquês de Pombal!). Porque os «soldados eram, em geral, de recente alistamento, e a cavalaria era pouca, e essa mesma, ainda mal instruída, sem solidez nem unidade. Nos oficiais não havia verdadeiro espírito militar, faltava-lhes tanto o hábito da obediência como o do comando, e entre eles e as praças não se apertara por enquanto aquela confiança mútua, que constitui o verdadeiro elo da disciplina, e sem a qual não há tropa que valha»⁵¹. Para se construir uma organização

⁴⁹ SORIANO, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª época, (Guerra da Península), tomo III, 1874. p. 119.

⁵⁰ Beresford reorganizou e formou o exército português desde 1809 a 1820. Num exército, as unidades, todas, teriam o mesmo estatuto. Sobre este tema, seria óptimo reflectir sobre a desmobilização do *Corpo Académico*, comandado pelo vice-reitor da Universidade de Coimbra. Este corpo de voluntários, apesar de ter também operado durante a 2.ª invasão, foi desmobilizado em 24 de Agosto de 1809, e mandado regressar a Coimbra. O corpo académico era sobretudo constituído por estudantes, ora destes poder-se-ia recrutar oficiais para incorporar no novo exército nascente, tão carente deles. Este corpo de voluntários poderia ser mais pernicioso que útil no futuro. Beresford teve ocasião de observar isto pelas missões que os foi encarregando, vendo que tinham demasiadas honrarias; mais do que aos outros corpos seria impossível proporcionar.

⁵¹ - COSTA, Fernandes – *Memórias de um Ajudante de Campo*. Lisboa: M. Gomes, Editor, Tomo I, 1895. p. 119.

capaz foi necessário empregar medidas drásticas, como fuzilamento de desertores, para «... impressionar indelevelmente o espírito das praças, e para mantê-las na disciplina, no respeito pela bandeira, na fraternidade do sacrifício, na submissão e obediência, de que em breve haviam de colher fruto ...»⁵². Só assim se tornou possível que os «regimentos e os batalhões principiam a sentir a sua unidade, a compreender que eram uma família, depositária de tradições, obrigava a todos os sacrifícios comuns pelo presente e pelo futuro, presa por laços de glória aos feitos memoráveis do passado»⁵³.

Desta forma, foi a conjugação do levantamento popular contra os franceses, uma força de militares ingleses e o novo exército nacional, organizado por Beresford, que permitiram a expulsão dos invasores do território nacional e a sua perseguição pela Península Ibérica até Toulouse, já em França (1814).

Para se conseguir recuperar a independência e soberania nacionais, as gentes portuguesas passaram por tremendos sacrifícios. Em 1809, a situação económico-financeira estava num caos: «Todos os empregados civis e judiciários recebiam apenas uma percentagem dos seus vencimentos; do mesmo modo, os juros da dívida e as outras despesas necessárias eram satisfeitas somente em parte. Não era possível diminuir as despesas, nem aumentar os impostos, nem recorrer ao crédito, porque ninguém nos emprestava dinheiro»⁵⁴.

Apesar das vicissitudes⁵⁵, Portugal conseguiu reerguer-se. «Não sabemos o que mais seria preciso para esmagar este pequeno país! Mas que proveitoso ensinamento não poderiam encontrar na história desses tempos calamitosos os pessimistas desalentados dos nossos dias, que nos julgam uma nação expirante, incapaz de erguer-se jamais das dificuldades, comparativamente muito inferiores, que a têm assoberbado agora»⁵⁶.

⁵² COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p. 125.

⁵³ COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p. 126.

⁵⁴ COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p.117.

⁵⁵ «Mas o aniquilamento do exército obrigou o povo português a esmolar protecção, e a submeter-se a baixezas e sacrifícios que, através das gerações, hão-de levar à face portuguesa aquela cor que não é a do entusiasmo que muitos oradores, artificialmente expõem à admiração dos seus ouvintes, de quem arrancam os bravos e as palmas, dispensadas bastantemente com o calor que provém da profusão das luzes que uma festa reclama, mas que é a cor que a vergonha estampa assinaladamente a quem sente. Sempre que os povos cuidarem mal da sua defesa, sofrerão as consequências da amizade que se compra e não sabe esquecer o caminho da caridade bem entendida». In VILLAR, Francisco de Paula da Silva [tenente de infantaria da rainha] – *Atravez das Ordens de Beresford durante a Guerra Peninsular (Apontamentos e comentários)*. Lisboa: Tipografia Belenense, 1896. p. 15.

⁵⁶ COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p. 158-159.

5 - O confronto da ideologia e da prática no convento do Buçaco, em finais de Setembro de 1810

Um militar extraviado ou diminuído (sobretudo franceses) estava em risco!

Face às instruções dadas por Wellington para que não se deixasse nada ao invasor que provesse a sua subsistência, qualquer francês que ficasse fora do grupo era um alvo fácil para os magotes de populares. «Sabiam que tão depressa os exércitos se afastassem cairia no campo abandonado a chusma dos camponeses foragidos, ávidos de saque, sedentos de vingança, cheios de ódio contra os causadores de todas as suas misérias e por isso inexoráveis na chacina»⁵⁷. Ou «... abandonados para sempre, nos flancos de Alcoba, à crueldade dos naturais exasperados, à voracidade dos corvos e dos abutres, para lhes disputarem as carnes palpitantes às alcateias dos lobos famintos»⁵⁸.

Milhares de pessoas fugiam diante do exército francês, destruindo as aldeias e enterrando alguns bens, levando consigo apenas o estritamente necessário. «Pessoas de todas as ordens, sexo e idade, famílias fugitivas dispersas e destituídas de todo o socorro acompanhavam a triste e calamitosa notícia; e Coimbra⁵⁹ em poucos instantes foi o teatro dos sustos e confusão, todos queriam resistir ao inimigo, e ninguém sabia o lugar, o modo, o meio de resistência; todos queriam escapar às iras do Exército devastador, e ninguém sabia aonde esconder-se, os Ofícios Divinos cessaram nos Templos, os alaridos retumbavam nas ruas, os tambores sem tino, nem destino atroavam as Praças e aumentavam o espanto e a confusão»⁶⁰.

Foi assim neste cenário que frei José de S. Silvestre assistiu do seu convento, no Buçaco, à preparação e ao desenrolar de uma batalha, vivendo as vicissitudes do depois, quando para agravar, ficou um hospital de sangue a funcionar numa capela, junto à cerca e houve a necessidade de cuidar!

A primeira impressão do frade no dia 27 de Setembro, já tinham decorrido 4 horas de combates, foi encontrar um paisano a chorar junto ao tanque do convento e questionado dos

⁵⁷ COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p. 275.

⁵⁸ COSTA – *Memórias de um Ajudante de Campo...* p. 281.

⁵⁹ Porque se não dá mais ênfase às devastações dos franceses, como o fizeram os espanhóis? Sabendo o que aconteceu, sobretudo em Coimbra, Leiria e Pombal, porque não é dado mais enfoque? Houve uma grande mortandade de parte a parte: população e soldados franceses!

⁶⁰ BARREIROS, Fernando – *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Livraria Bertrand e Aillaud, 1918. p. 43.

motivos retorquiria: «aqueles franceses feridos que ali estão»⁶¹. Ele próprio se condoeu e chorou também quando reparou na quantidade de homens que estavam feridos. O que lhe causara maior impressão nos feridos, foi um jovem, cujo rosto fora atravessado por uma bala e o sangue coalhado e seco estava pendente da boca. Não ficou tão chocado com os outros feridos, mesmo «uns ou 5 que estavam cortados pela cintura, e tão esgotados de sangue, que tremiam de frio. Os ingleses fizeram-lhe logo uma grande fogueira, e os deitaram à roda dela»⁶². Apesar dos muitos feridos das tropas anglo-lusas, não estavam em estado tão lastimoso como os franceses e o frade não aguentou mais aquela visão e retirou-se.

O frei constatou os procedimentos dados aos prisioneiros e aos feridos, nomeadamente o desvelo com que o general Wellington tratou o francês, general Simon que fora ferido e feito prisioneiro, num claro respeito pelas leis da guerra. Ou como os soldados ingleses, que na maioria não eram católicos, tentaram aliviar os feridos franceses na agonia, aquecendo-os, ou como a cavalaria tratava os seus adversários. «Encontrou para lá de Moura 70 feridos franceses, desamparados inteiramente em um cabeço. Compadeceram-se tanto deles, que se apearam, e montando-os em seus cavalos trouxeram-nos para a capela das Almas, ... Gastaram todo o dia nesta obra de piedade»⁶³. As últimas recomendações dos militares ingleses, antes de abandonarem a posição do Buçaco, inscrevem-se na assistência e tratamento que devia ser dado aos militares franceses feridos: «... déssemos água aos feridos que estavam na capela das Almas, que os livrássemos dos paisanos que não faziam senão roubar e matar, e mandássemos buscar uns poucos, que ainda estavam na serra desamparados»⁶⁴. Ficou desapontado com dois oficiais portugueses que não o acompanharam na procura de mais feridos. Chocaram-no a atitude de três homens de Moura (Buçaco) quando encontraram doze feridos franceses: «nem um só se podia levantar: estavam com as pernas quebradas; e três estavam quase a expirar, obrigados das dores, do frio, do calor, da fome e sede»⁶⁵ e que se recusaram a ir buscar-lhes água porque «não haviam de fazer bem aos seus inimigos»⁶⁶. Apesar de lhes tentar mostrar a desumanidade que praticavam por não cumprirem os deveres cristãos, porque «Devemos amar ao nosso próximo, aos mesmos inimigos: assim o manda Jesus Cristo, a santa igreja, a mesma razão»⁶⁷. O frade e dois companheiros, durante 20 dias cumpriram as bem-aventuranças da

⁶¹ Revelações do Bussaco... p. 167.

⁶² Revelações do Bussaco... p. 167.

⁶³ Revelações do Bussaco... p. 169.

⁶⁴ Revelações do Bussaco... p. 179-180.

⁶⁵ Revelações do Bussaco... p. 180.

⁶⁶ Revelações do Bussaco... p. 180.

⁶⁷ Revelações do Bussaco... p. 180.

Igreja Católica, até que o general Trant os evacuasse para o hospital do Porto, assistindo aos feridos (60), enterrando os mortos (12) e alimentando os vivos «eles eram muitos dávamos-lhes pouco para chegar a todos. Porém se não fossemos nós morriam todos à fome e às mãos dos paisanos»⁶⁸.

Mas não foi somente a assistência aos feridos franceses, abandonados no campo de batalha que os monges acudiram, também a dois estrangeiros do exército anglo-luso: «um sargento inglês e a um hanoveriano, que vieram ter ao convento muito doentes, mas não feridos»⁶⁹, que poderiam nem sequer serem católicos. Esta acção levou à repreensão de frei José de S. Silvestre por lhes ter dado «uma cama ao pé do refeitório e tratamo-los com mais abundância, ... Deus deu-me um coração que não pode sofrer desumanidades»⁷⁰.

O frade relata a violência que o povo exercia sobre os soldados franceses, sobretudo os desprotegidos. «Dois foram lá um dia e roubaram-lhes tudo quanto eles tinham; até as mesmas camisas que tinham vestidas lhes tiraram. Um padre foi achá-los na maior miséria, sem fardas, sem camisas, sem pantalonas, apenas cobertos com alguns farrapos e garnachos velhos»⁷¹. O frei lamentava o comportamento *indecoroso* dos patrícios: «até onde pode chegar a desumanidade de um português, indigno certamente até deste nome»⁷².

Informa também que foi necessário construir um cemitério. «O prelado mandou benzer um pedaço de terra em o olival para lá se enterrarem os feridos que iam morrendo»⁷³.

Mas o que chocou verdadeiramente o frei foi a atitude dos feridos portugueses perante a morte e que estavam a ser evacuados em 80 carros para o hospital de campanha que ficava no Botão, sendo que eram católicos ou cristãos (caso dos ingleses, escoceses, alemães). «A todos eles demos vinho, e o mais que pediam. Uma cousa estranhámos muito neles; estando a morrer uns ao pé dos outros, e todos em perigo grande de vida, nenhum pedia confissão, nem ainda se lhe ouvia falar em Jesus, o que é tão próprio e tão natural a um cristão aflito»⁷⁴. Atitude bem diferente da de 12 feridos franceses que encontrara na berma da estrada, para lá de Moura que

⁶⁸ Revelações do Bussaco... p. 257.

⁶⁹ Revelações do Bussaco... p. 258.

⁷⁰ Revelações do Bussaco... p. 258.

⁷¹ Revelações do Bussaco... p. 257.

⁷² Revelações do Bussaco... p. 257.

⁷³ Revelações do Bussaco... p. 168.

⁷⁴ Revelações do Bussaco... p. 168.

quando o viram «levantaram as mãos ao céu, entraram a chorar muito e a dizer em alta voz: Oh Madre de Dios! Oh Madre de Dios! Água, água, por amor de Dios!»⁷⁵, mostrando uma expressão que não se coadunava com um jacobino.

O povo das cercanias do Buçaco foi reagindo favoravelmente aos feridos franceses, talvez tomando o exemplo de um idoso de Lobão que ajudara o frade a transportar um ferido, em padiola até quase a Moura. Contudo, quando a ajuda chegara, já 3 tinham morrido à míngua e por acção das intempéries, pois estiveram quatro dias ao relento, apenas tendo água como bebida, levada por frei José de S. Silvestre. Quando foram recolhidos para Moura, para uma loja que guardava palha, foi possível ao frade levar-lhes todos os dias «pão, vinho, e peixe»⁷⁶ e o povo somente lhes podia dar água⁷⁷. Também os oficiais franceses solicitaram para os feridos, além da alimentação: «pão, vinho e caldo; que os livrássemos dos paisanos e que fosse lá dormir um»⁷⁸. De facto, os monges do Buçaco, nomeadamente frei José de S. Silvestre, cumpriram as normas da Igreja Católica, praticando as Bem-Aventuranças. «Foi lá dormir o irmão leigo»⁷⁹ e mais um moço duas noites: e não se foi mais vezes, porque os mesmos feridos disseram, bastava que fosse o moço»⁸⁰.

O frade relata o seu encontro com a tropa francesa e a cortesia que para com ele tiveram: «No meio deles vinham três oficiais: tanto que me viram acenando-me com a mão disseram: Venha cá senhor. Fui então prontamente. Um deles logo que cheguei, tirando a barretina, saudou-me com muita política à portuguesa»⁸¹. Explicaram o que os ali trouxera – a procura de víveres –, usando algum expediente para conseguirem os intentos. O frade prontificou-se imediatamente para fazer de cicerone, mostrando-lhes todo o convento. Os franceses foram sossegando, «que não faziam mal algum; que me haviam de dar um papel para ninguém nos fazer mal»⁸². O comandante da força francesa cumpriu a palavra, com o seguinte salvo-conduto:

⁷⁵ Revelações do Bussaco... p. 180.

⁷⁶ Revelações do Bussaco... p. 181.

⁷⁷ Aqui se denota qual era o grau de sobrevivência desta gente do nosso Portugal e se compreende a raiva a quem lhes provocara ainda maior ruína.

⁷⁸ Revelações do Bussaco... p. 186.

⁷⁹ Um religioso que não tinha ordens sacras em contraponto com laico que era um agnóstico!

⁸⁰ Revelações do Bussaco... p. 186.

⁸¹ Revelações do Bussaco... p. 183.

⁸² Revelações do Bussaco... p. 184.

«Au nom de l'humanité.

Je prie et supplie tous les militaires français qui viendront au convent Bussaco de ne rien exiger des pères, ni des paysans des villages voisins; 60 blessés français seroient victimes de moindre violence. Cês peres se sont obligés à fournir des vivres aux blessés jusqu'au moment de l'évacuation.

Le 1.er d'octobre 1810.

*M. Offr au 3.e regt. d'hussars.*⁸³.

Mas os franceses exigiram que o frade lhes desse uma garantia de igual teor para entregarem ao seu comandante, a que aquele anuiu:

«Fr. José e os mais religiosos do convento do Bussaco certificamos aos srs. Officiais do exército francês de Portugal, que desde a evacuação da tropa inglesa havemos tratado, e continuamos a tratar de 60 feridos franceses que ficaram no campo, dando-lhes pão, vinho e bacalhau, por não termos outra coisa. Bussaco, 1 de outubro de 1810. – F. J. S. S.»⁸⁴.

Quando esta força abandonou o convento, avisou que atrás viria novo piquete, despedindo-se «com a mesma política portuguesa com que entraram... Estes franceses a ninguém pediram dinheiro, nem fizeram o menor insulto, apesar de encontrarem aqui muitos paisanos, armas, pólvora e bala»⁸⁵.

Dentro do convento, prenderam dois oficiais portugueses que se tinham aboletado, fazendo-se de «hospedes» dos monges e voltaram a perguntar se se encontrava ali, vinho, trigo e pão cozido. O monge mostrou-lhes o trigo de Coimbra (!)⁸⁶, o vinho e o pão amassado. Mandaram encher 7 ou 8 alqueires de trigo, um grande cântaro de vinho e 50 bacalhaus que enviaram para o resto da força que se encontrava junto ao hospital das Almas, com os feridos. Os oficiais

⁸³ Revelações do Bussaco... p. 211.

⁸⁴ Revelações do Bussaco... p. 211-212.

⁸⁵ Revelações do Bussaco... p. 212.

⁸⁶ O trigo do convento estava guardado num grande túnel! O mosteiro estava bem provido de mantimentos, como no final indicaremos.

franceses informaram que procediam deste modo «para não haver estrago, e insulto algum»⁸⁷. Quando procediam a inspecção do armazém do azeite, encontraram uma canastra de cavalas salgadas. Apesar de lhes ser dito que era preciso demolhar o peixe, mandaram logo cozer as cavalas salgadas para os oficiais, mas depressa, mal cozinhado «como os ingleses»⁸⁸, sendo-lhes servido broa, ovos fruta e a cavala, pedindo ainda vinho do Porto, queijo e doce. Foram também servidos com galinhas: «levaram quatro e duas perdizes»⁸⁹.

Perante informações que o povo andava armado⁹⁰ a rondar os muros da cerca do convento, os oficiais franceses incumbiram o frade de acalmar os populares nos seguintes termos: «que deixassem as armas, que não lhes faziam mal, que se recolhessem às suas casas, cultivassem os campos, que a guerra era para os soldados, e não para eles»⁹¹. A libertação dos povos só poderia ser efectuada por soldados-cidadãos!⁹²

Os próprios clérigos andavam armados e prontos a usar a escopeta, contra os inimigos, sobretudo os franceses, por serem rapaces, para além de apelidarem de “sem religião”. Um «clérigo... trazia uma espingarda às costas, ... gritaram-lhe os soldados de cima que largasse a arma: ele assentando que eram ingleses, não fez caso. Um moço que estava à porta lhe disse também que eles não faziam mal. ... São franceses. Logo que ouviu isto marchou em uma carreira

⁸⁷ Revelações do Bussaco... p. 184.

⁸⁸ Revelações do Bussaco... p. 185.

⁸⁹ Revelações do Bussaco... p. 186.

⁹⁰ De facto as milícias e as ordenanças seguiam de longe o exército francês e sempre que algum soldado se afastava do grupo era quase sempre abatido e espoliado. O general Thiébault refere sobre a actuação das gentes portuguesas na 1.ª invasão: «Independentemente da fraqueza da população, o carácter dos seus habitantes merece uma atenção séria. Os amigos nada podiam esperar deles e os inimigos podiam esperar tudo. A sua miséria era mais um incentivo e se eles se reunissem para defender os seus desfiladeiros teriam parado um exército inteiro e anulado todos os esforços humanos... Desgraçado do exército, mesmo bem organizado e numa estação favorável, entrar em Portugal por ali sem ir bem munido de rações e sem tomar precauções variadas.» In NUNES, Pires [Tenente-Coronel] – As Milícias e as Ordenanças em Portugal durante a Guerra Peninsular. *Guerra Peninsular: novas interpretações; Da Europa dividida à União Europeia*. Lisboa: Tribuna, 2005. (Actas do Congresso: 28-29 Outubro de 2002). p. 228.

⁹¹ Revelações do Bussaco... p. 185.

⁹² «Rousseau insurge-se contra cosmopolitas como Voltaire, que afirmam que não existem mais Franceses, Alemães, Espanhóis ou Ingleses, a partir do momento em que todos os homens adquirem os mesmos costumes. Segundo Rousseau, trata-se de um internacionalismo aviltante para os povos. “O amor pela pátria constitui toda a existência do homem, ele não vive sem a pátria, não vive senão para ela, e mal fica sozinho deixa de ser alguém”. Mas que vale a pátria se não for terra de liberdade, se não for refúgio de uma nação de cidadãos iguais entre si e soberanos graças ao pacto social? Não será o soldado-cidadão melhor defensor da pátria em comparação com o mercenário ou o soldado dos déspotas? Não deve cada cidadão ser soldado e cada soldado cidadão, como escreve Diderot?». In VOVELLE, Michel – *O Homem do Iluminismo*. 1.ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1997. p.73. Outros pensadores seguem na esteira de Rousseau: «Com a Revolução, a França adopta este princípio e Saint-Just afirma que a vitória se alcançará através dos progressos do espírito republicano no seio do exército». VOVELLE, Michel – *O Homem do Iluminismo*. 1.ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1997. p.73.

aberta pelo monte abaixo. ... Perguntado ao depois porque fugira com aquela precipitação. Respondeu que temera lhe roubassem o dinheiro porque não tinha mais que aquele que trazia consigo»⁹³. Dentro do próprio convento, no quarto dos moços, os franceses encontraram seis espingardas, uma barreira de pólvora e muitos cartuchos que destruíram⁹⁴.

Outra admiração do frade foi a maneira como os soldados franceses lhe obedeceram. Quando o monge foi à adega encher uma borracha com vinho, todos os soldados franceses ali presentes quiseram encher bem as suas e precipitaram-se para dentro da adega, mas, depois de os ameaçar que chamaria um oficial, «foram saindo meios tristes»⁹⁵.

O segundo grupo de soldados franceses, composto por cerca de 50 homens, não se mostrou com o mesmo espírito militar do primeiro. A primeira coisa que pediram foi dinheiro, mas quando lhes mostrara o salvo-conduto, responderam: «que estivesse tranquilo e sossegado, que não faziam mal; que vinham tomar a rol os feridos para serem conduzidos ao hospital»⁹⁶. O frade foi mostrar os feridos a um capitão, a um tenente, a um alferes e a um médico espanhol. Este mandou buscar água quente para lavar as feridas dos doentes.

O frade constatou que os soldados franceses não respeitaram nada, e muito menos o sagrado, como fora de antemão avisado. Quando entravam num espaço, esquadrihavam-no no intuito de encontrarem objectos valiosos e que não pesassem muito⁹⁷. Procuravam dinheiro e objectos de valor, sobretudo ouro e prata. Assim que se aproximaram do convento, depois de terem rasgado o colete de um frade à procura de dinheiro, arrombaram a porta do edifício, foram à capela do *Ecce homo*, quebrando a porta do sacrário, partiram a vidraça do nicho do Menino Jesus que estava na capela da Senhora do Leite, roubaram um hábito de Cristo que a imagem tinha ao pescoço, cortaram alguns cordéis de armar a igreja e fizeram em estilhas a arca de três chaves que estava na cela do prior. Também procuravam víveres. Quando o grupo de soldados estava aos encontrões à porta dos frontais, onde era o dormitório dos frades, frei José

⁹³ Revelações do Bussaco... p. 185-186.

⁹⁴ Revelações do Bussaco... p. 210.

⁹⁵ Revelações do Bussaco... p. 186.

⁹⁶ Revelações do Bussaco... p. 212.

⁹⁷ Era uma das vulnerabilidades do exército francês o sistema logístico, sobretudo quando fosse chamado a actuar em zonas pobres, como as da Península Ibérica. Aqui ter-se-á que referir as características dos exércitos franceses, no aspecto administrativo e logístico. Para se aproveitar a velocidade, era necessário aligeirar o equipamento e o fardamento, mas também buscar o aprovisionamento dos víveres, nos locais de operações. Por outro lado, para minimizar os custos das guerras, confiscava-se o ouro, prata e objectos valiosos das igrejas e dos particulares. A concepção napoleónica da guerra era de que ela se alimentava a si própria, concentrando para combater e dispersando para viver.

altercou-os: «que é lá isso, ó camaradas^{98,99}. Estes pediram vinho. Ao prometer dar-lho, o frade conseguiu controlar os intrusos, levando-os para junto dos seus comandantes.

O frade foi surpreendido pela forma como os oficiais exerciam a disciplina e eram obedecidos, além de pedirem desculpas pelos actos dos seus subordinados. «Mostrei todo este estrago ao médico, e depois quando chegaram os oficiais disse eu ao capitão: senhor, os soldados entraram no convento, rasgaram o colete a um frade, e tem feito muito estrago, e para o que eu lho vou mostrar, pegando-lhe ao mesmo tempo por um braço, fui mostrar-lhe tudo. Ficaram todos muito tristes... Chamaram por ele, mandaram-lhe ir buscar os cúmplices do crime: foi em um instante, e trouxe três soldados diante de si, sem barretinas, sem armas, e sem correias, e um trazia já uma face a correr sangue. Agarrando-lhe o tenente pela gola da farda, bateu-lhe com as costas nos degraus do altar-mor. ... o alferes pegou em uma tábua de castanho, e entrou a dar-lhe tantas e tão grandes pancadas pelas costas... Um oficial chegando-se a mim com a barretina na mão, disse-me: roubaram o Santíssimo Sacramento? Não, senhor. ... só arrombaram a porta. ... Depois do castigo dos delinquentes, acomodaram-se tanto que nem davam uma só palavra; deitaram-se todos a dormir pelo meio do pátio, até as mesmas guardas. Quando estavam à mesa, um oficial disse-me que havia já quatro semanas que não comia pão; outro disse que três. Perguntei-lhes que comiam? Responderam que comiam do mesmo grão que davam aos cavalos, e o trincavam com o dente. ... Despediram-se politicamente de nós, ... »¹⁰⁰.

Outro aspecto que surpreendeu o frade, foi a justificação do comandante, pedindo desculpa e antecipando que o seu general o reiteraria, nada comum num exército que naquele momento não tinha ali antagonista: Depois de saírem para o exterior do convento, «começaram a dar-nos muitas satisfações, que não sabiam daquela porta, por isso não tinham posto lá guardas, assim como tinham posto às outras; mandaram logo para lá quatro soldados e concluíram que escrevêssemos ao general, que ele havia de dar-nos satisfação, e que este convento seria sempre respeitado. Calando-se um pouco todos, mostrando no rosto muito sentimento, o capitão virando-se para mim disse-me estas formais palavras: se por favor pode dar aos oficiais somente pão e vinho?»¹⁰¹.

⁹⁸ O frade conhecia perfeitamente a linguagem militar e as formas de tratamento entre militares.

⁹⁹ Revelações do Bussaco... p. 213.

¹⁰⁰ Revelações do Bussaco... p. 214-215.

¹⁰¹ Revelações do Bussaco... p. 214.

O frade foi generoso, pois além do pão e do vinho, ofereceu bacalhau aos quatro oficiais, esperando estes que houvesse queijo e doces. Pediram pão e vinho novo para os soldados que estavam de guarda, já que os outros nada mereciam. Espantou-se o frei quando disse que não tinha vinho novo e o capitão retorquira: «mal empregado vinho em soldado»¹⁰².

Traziam com eles um paisano para lhes indicar o caminho para o Botão, mas no acto da partida fez-se doente com uma dor no peito, a que o médico espanhol receitou «um cozimento de flor de sabugueiro»¹⁰³, sendo substituído por outro. Os militares franceses prometeram que este paisano seria substituído logo que aparecesse alguém que soubesse o itinerário para o Botão. «Assim o fizeram»¹⁰⁴.

No final do seu diário, frei José de S. Silvestre descreve as perdas e os estragos que o convento do Buçaco sofreu com os oito dias de ocupação (do dia de S. Mateus até ao dia de S. Miguel)¹⁰⁵, pelos exércitos: anglo-luso e francês.

Assim enumera o que foi fornecido ao nosso exército: Camas a todos os oficiais, sal e o que se podia aos soldados e «gente que vinha fugindo»¹⁰⁶, à tropa fora fornecido «muito vinho, muito pão, muito queijo, muito azeite e o mais à proporção»¹⁰⁷ desaparecera a roupa das camas e das mesas dos oficiais, «do que era bom nada ficou»¹⁰⁸. Wellington, antes de partir, mandou inquirir o prelado do convento para os custos com o exército. Foi-lhe respondido: «não queria mais que a paz do reino»¹⁰⁹.

¹⁰² Revelações do Bussaco... p. 214.

¹⁰³ Revelações do Bussaco... p. 215.

¹⁰⁴ Revelações do Bussaco... p. 215.

¹⁰⁵ Revelações do Bussaco... p. 241.

¹⁰⁶ Revelações do Bussaco... p. 241.

¹⁰⁷ Revelações do Bussaco... p. 241.

¹⁰⁸ Revelações do Bussaco... p. 242.

¹⁰⁹ Revelações do Bussaco... p. 241.

Outra das informações que nos transmite o frade, foi o comportamento idêntico aos franceses dos soldados do exército anglo-luso, de comando de Wilson¹¹⁰, sobretudo as milícias. Estes militares cometeram os mesmos atropelos que os franceses: «furtaram-nos toda a laranja que havia nos dois laranjais; foram à dispensa, arrombando a porta que sai para o laranjal, e furtaram o pão que quiseram, vinho, um cesto de ovos, e uma panela de mel, e outras muito mais coisas que lhe agradaram, obrando o mesmo ou pior que os franceses aonde quer que chegavam, enchendo de desesperação os ânimos dos povos. Estes soldados não eram de linha, eram milicianos. Devendo ser melhores, faziam pior que os outros»¹¹¹.

Além dos estragos provocados pelos franceses, forragens, cereais, legumes, árvores e lenha desapareceram, como cerca de 3 moios do «milho que ainda estava verde»¹¹², cerca de 50 alqueires de feijão, as couves, cedros recém-plantados estragados, muita da lenha da mata queimada, o muro da cerca em muitas partes derrubado, quatro aberturas a fazer de portas e as que existiam foram quebradas. Também a capela da portaria fora arrombada, tendo sido furtado um cálix, azeite, adornos do altar e coisas de valor.

O frade termina a sua narração, com três apontamentos. Que os ingleses ficaram encantados com a paisagem e escolhem o lugar para ficarem. Que não se passava uma semana que o convento não fosse procurado por oficiais ingleses, portugueses e soldados como estalagem, sendo providos do necessário¹¹³. Que não os incomodava conceder a hospitalidade porque

¹¹⁰ Robert Wilson foi o comandante da Leal Legião Lusitana, até à sua extinção em 1811. A Leal Legião Lusitana, apesar de ser um unidade ao serviço directo dos britânicos, foi composta com emigrados portugueses em Londres, e posteriormente com recrutamentos levados a cabo no Porto, logo após a primeira invasão. A LLL deveria ter sido composta por três batalhões de Infantaria Ligeira, mas só dois Batalhões acabariam por ser mobilizados, a dez Companhias cada um, totalizando 2300 homens. Havia sido igualmente planeada a formação de 3 Esquadrões de Dragões, mas só um pequeno corpo de Guias a cavalo viria a ser criado. Para fogo de apoio contavam com uma bateria de quatro peças de campanha ligeiras e dois obuses. O primeiro comandante da LLL foi o ousado Sir Robert Wilson, que fez a Legião ganhar uma excelente reputação de unidade de choque e ataque, flanqueando e surpreendendo com frequência os franceses, sobretudo no Norte e Centro de Portugal, apesar de ter sido criada pelo coronel Carlos Frederico Lecor e José Maria de Moura, em Plymouth em Inglaterra. A estrutura hierárquica da LLL consistia em 65 oficiais britânicos e 35 portugueses, sendo todos os outros postos hierárquicos preenchidos por portugueses. Mais tarde, com a substituição de Robert Wilson, a Legião entrou num período de declínio até à sua extinção em 1811, sendo todos os efectivos distribuídos pelos recém criados, na altura, 7.º, 8.º e 9.º Batalhões de Caçadores.

¹¹¹ Revelações do Bussaco... p. 257.

¹¹² Revelações do Bussaco... p. 242.

¹¹³ Diferença entre frades monacais e mendicantes: os primeiros auto-sustentavam-se, enquanto os últimos viviam da caridade. «Os monacais, por isso tinham subsistência própria e não alheia; isso suportavam todos os encargos do Estado em maior proporção do que os proprietários de igual rendimento; por isso que agricultavam as terras que possuíam com maior perfeição do que os particulares de igual fortuna; por isso que sustentavam um grande número de pessoas ou com esmolas que distribuíam, ou com a hospitalidade, já voluntária, já obrigada. ... A hospitalidade franca que se encontrava em todos os conventos de Monacais é conhecida de todo o mundo... Digam-no Alcobaça que sustentou por alguns dias todo o exército inglês em 1809, Santa Cruz de Coimbra, S. Gonçalo de Amarante e outros, ...». *O Novo Príncipe ou o espírito dos Governos Monárquicos*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. E Const. De Villeneuve e Comp., 1841. p. 218.

«a paz tão desejada e tão necessária como a mesma vida, damos tudo por bem empregado. O grande Deus dos exércitos se digne conceder-no-la em breves dias, para sua glória e nossa alegria»¹¹⁴.

¹¹⁴ Revelações do Bussaco... p. 258.

6 - Conclusões

O ideário da Revolução Francesa era perfeitamente conhecido das elites mais esclarecidas, transmitido através do contacto directo de embaixadores, comerciantes e até de leituras, numa primeira fase, e, depois de 1793, pelo contacto directo com os soldados-cidadãos da República, quando os militares portugueses (cerca de 5.000) os combateram na *Campanha do Russilhão e Catalunha* (1793-1795).

O nosso embaixador, em Paris nos finais do século XVIII, D. Vicente de Sousa Coutinho propunha que o País se organizasse para que não fosse apanhado em contra pé com as transformações políticas, administrativas, económicas e sociais propaladas pela Revolução.

Os ideais da liberdade, da igualdade e fraternidade eram demasiado apelativos que não deixavam nenhuma instituição indiferente ao seu apelo, pelo que os seus adeptos encontravam-se em todos os grupos sociais.

A sociedade portuguesa de então, face ao seu conservantismo, não poderia permitir o alastramento do ideário revolucionário. Para tal vão criar-se novos instrumentos judiciais, ajudados pela igreja católica que dos púlpitos prega contra o inimigo jacobino.

O levantamento popular não fez esperar, sobretudo quando o país estava ocupado pelo inimigo jacobino. O mais leve rumor de afrancesado, ou sequaz das ideias da Revolução, significava o cárcere ou até a perseguição ou linchamento puro e simples.

Foi neste cenário que Frei José de S. Silvestre escreveu o seu diário, entre 20 de Setembro e 5 de Outubro de 1810, intervindo intensamente nas vicissitudes da Batalha do Buçaco.

O Frade comprovou que as ideias nem sempre correspondem à realidade e que a guerra era sinónimo de bestialidade.

Portugal como país católico, era suposto que todos os seus membros seriam praticantes e invocariam Deus no desastre, além de desejarem expiar com todos os sacramentos da Igreja. Não foi isso que o monge constatou diante de centenas de feridos portugueses e estrangeiros, quando da sua evacuação para o hospital de campanha no Botão. Todos estes feridos e estropiados, muitos em risco de vida ficaram indiferentes à religião.

Um estado de espírito contrário ao dos feridos portugueses e ingleses observou o monge nos franceses que pediam, em nome da Virgem e de Deus, ajuda. Esta situação espantou o frade porque para jacobinos e inimigos da religião católica era um comportamento bastante estranho.

Os soldados ingleses deram um tratamento digno aos feridos franceses, como se de iguais se tratassem, o que não se verificava com a generalidade da população que, muitas vezes, além de não cuidar, os espoliava até das vestes.

A população mantinha o ódio ao *ocupante francês e seu apoiante*, não se coibindo de exterminá-lo fisicamente sempre que para tal tivesse ensejo, mesmo que estivesse ferido ou incapacitado, pouco se importando com os preceitos da Igreja Católica, numa perseguição clara ao *inimigo*.

Os oficiais franceses estavam bem formados, reconheceram a hospitalidade do convento do Buçaco, embora os soldados, quando desenquadrados, se comportassem como grupo de salteadores e mesmo *vândalos*, como o fizeram os militares portugueses que por ali passaram no contexto da mesma guerra.

Os comandantes franceses que passaram pelo convento do Buçaco cumpriram com a palavra dada, destacando um elevado sentido de honra.

O sentido de obediência e disciplina foi observado pelos soldados franceses, mesmo quando a ordem partiu de um estrangeiro e para mais frade, num local onde se encontravam bastantes riquezas móveis, como dinheiro, ouro e prata, além de abastecimentos que noutras circunstâncias seria bem diferente, podendo terminar em tragédia, como imensos casos aconteceram.

O Mosteiro do Buçaco foi farto em hospitalidade, não olhando a credos ou contendores, unicamente imbuído do cumprimento dos preceitos da religião e da caridade cristã.

Verifica-se também que no convento estavam concentrados muitos mantimentos¹¹⁵, mesmo os cereais de Coimbra¹¹⁶ que permitiram dar assistência a algumas centenas de homens, tornando proverbial a abastança dos mosteiros de frades monacais.

¹¹⁵ Estava-se precisamente na festividade S. Miguel que prefigurava o final das colheitas.

¹¹⁶ Tinham sido os cereais de Coimbra que foram consumidos para a confecção do pão aos hóspedes.

Finalmente, pelo diário de frei José de S. Silvestre, é patente que o monge carmelita estava bem informado acerca das ideias daquele tempo e solidário com todo o ser humano, sobretudo os mais desprotegidos e em estado de grande sofrimento, não olhando a credos ou culturas.

Para terminar e contextualizar o que se passou naquela montanha do Buçaco nos finais de Setembro e princípios de Outubro de 1810, talvez seja ajustado transcrever o pensamento de Joel Serrão: «Reconheçamos, pois, que morreram com os grupos sociais que as ergueram como suas bandeiras, desfraldadas ao vento da esperança, palavras tais *liberdade, igualdade, fraternidade!* No contexto que as viu nascer, evoluir e regredir, a liberdade falhou, igualdade também, e, sobretudo a fraternidade. Que nos resta além de enterrá-las de vez?»¹¹⁷.

Ou também o sentimento de um homem de finais do século XIX, que perante a crise portuguesa, desabafava: «Talvez nos acusem de prestarmos homenagem ao estrangeiro. ... Ser sinceramente amante da terra, em que se nasceu, não importa ser injusto com os que exerceram funções preponderantes numa terra que não era sua. O sentimento do amor pátrio está nos actos, não em palavras quentes e apaixonadas apenas, que afrouxam a energia. Quantas vezes o verbo entusiasmo tem servido à hipocrisia, e com força da lava esterilizadora tem arrastado os povos ao erro e ao crime, provocando o descrédito da oratória e, certamente, a indiferença e o isolamento da multidão que não confia, que não crê. A verdade deve dizer-se sempre. De ilusão em ilusão o cepticismo apoderou-se dos espíritos. Por isso sucede que, quando alguém, determinado pela sinceridade, se levanta, tendo no coração um sentimento nobre, e no cérebro uma ideia atinente ao bem – a mofa o empolga, o sacode violentamente, prostrando-o. ... Nos desastres e vexames, pelos quais passam as nacionalidades e os homens, deve-se insistir e pensar, porque encerram ensinamentos perduráveis. Nas escuras páginas da história devem os dirigentes medir a responsabilidade que a posição impõe, e deve prender o país a prestar culto ao verdadeiro valor dos homens, e às instituições úteis como os exércitos que, apesar de todas as teorias, continuarão a afirmar a grandeza dos povos, como medida aferidora da sua vitalidade»¹¹⁸.

Porto, 26 de Outubro de 2006.

¹¹⁷ SERRÃO, Joel – *Temas de Cultura Portuguesa II: Içar as velas e soltar os ventos*. Lisboa: Livros Horizonte, Ld.ª, 1989. p. 70.

¹¹⁸ VILLAR, Francisco de Paula da Silva [tenente de infantaria da rainha] – *Através das Ordens de Beresford durante a Guerra Peninsular (Apontamentos e comentários)*. Lisboa: Tipografia Belenense, 1896. p. 9 e 12.